



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No dia 24 de janeiro, uma vez mais, o rio Tejo foi alvo de um gravíssimo ato de poluição. A denúncia foi prontamente feita e documentada com fotografias e imagens, tanto nas redes sociais como nos jornais locais e nacionais.

Efetivamente, o rio Tejo, na zona de Abrantes, apresentava uma tonalidade castanha que, após o açude, e devido à queda de água que este provoca, formava uma densa espuma castanha com cerca de meio metro de altura. A situação foi inicialmente denunciada na rede social Facebook, por Arlindo Consolado Marques, do Movimento pelo Tejo – proTEJO, cujas imagens, que incluímos em anexo, são bem ilustrativas da calamidade.

Aliás, o próprio descreveu este episódio como «um dos piores atentados ambientais desde início de 2015», tendo a espuma chegado a «ter a altura de um metro».

No próprio dia, a agência Lusa noticiou a situação, com o título «Manto de espuma "dantesco" e "assustador" cobre rio Tejo em Abrantes», descrevendo-a como «um dos piores cenários jamais registados neste troço do maior rio ibérico».

No dia seguinte, 25 de janeiro, numa peça com o título «Poluição no Tejo. "Sentimo-nos defraudados com o que está a acontecer"», a Rádio Renascença reproduz declarações da Presidente da Câmara Municipal de Abrantes:

«Todos nós temos vindo a fazer um investimento muito grande, não só na melhoria daquilo que são as águas drenadas direta e indiretamente para o rio Tejo, como na recuperação das margens do rio para a sua valorização turística, económica e social. Sentimo-nos, portanto, completamente defraudados com aquilo que está a acontecer. O que verificámos é que, a montante de Vila Velha de Ródão, a água está limpa e a partir de Vila Velha de Ródão a água está poluída. Quando se chega ao concelho de Mação, de médio Tejo, e tem o primeiro

obstáculo que é a barragem de Belver, imediatamente começa a fazer espuma e, ao longo do trajeto, até Abrantes e até ao açude insuflável, existem várias cascatas naturais que fazem com que o movimento natural da água provoque esta massa incrível de espuma que se vê».

Também no dia 25 de janeiro, a Lusa retomou o tema com o texto «Atentado ambiental" no Tejo revolta pescadores, autarcas e ambientalistas em Abrantes», onde refere que «pescadores, ambientalistas e autarcas afirmaram hoje em Abrantes estarem "preocupados" e "indignados" com o manto de espuma que cobre as águas do Tejo, naquele troço do rio, tendo o vereador do Ambiente da autarquia criticado o "atentado ambiental"».

Também contactado pela Lusa, «o Ministério do Ambiente disse que a tutela está consciente da situação e continua a acompanhar "de forma muito intensa tudo o que se passa no rio Tejo"». Sabe-se, entretanto, que «a Agência Portuguesa do Ambiente - APA já esteve no local» e que «a situação é do conhecimento dos responsáveis».

O Grupo Parlamentar do CDS-PP tem vindo sistematicamente a questionar o Ministério do Ambiente sobre episódios de descargas poluentes, de norte a sul do país, mas infelizmente, na sua maioria, no rio Tejo, sendo também várias as iniciativas legislativas apresentadas e aprovadas pela Assembleia da República, muitas vezes unanimemente por todas as bancadas, para que sejam tomadas medidas rigorosas e assertivas contra este tipo de crime ambiental. No entanto, a resposta do Governo é sempre no sentido de minorar a gravidade da situação e de alguma passividade na resolução cabal deste atentado, que urge resolver definitivamente.

A água dos rios constitui um dos recursos naturais indispensáveis aos seres vivos, tendo, muitas vezes, também, grande importância cultural, social e económica.

Para além do Homem, a água dos rios é também indispensável à sobrevivência de milhares de espécies da flora e fauna, pelo que é essencial a manutenção de um bom estado ecológico das massas de água.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa. conhecimento deste gravíssimo episódio de poluição do rio Tejo?

2- Por que motivo só 24 horas depois da primeira denúncia a APA se dirigiu ao local para recolher amostras?

3- Existem, ao longo do rio, várias empresas transformadoras com licenças de descarga de águas residuais emitidas pela APA-ARH Tejo e Oeste e em vigor. Dados os muitos e recorrentes episódios de descargas poluentes no rio Tejo, não entende V. Exa que se justifica a revisão dessas licenças?

4- Sendo por demais conhecidos os problemas do rio Tejo, aliás denunciados por vários Autarcas, organizações ambientalistas e Deputados eleitos pelo distrito de Santarém, para quando medidas concretas e definitivas para acabar com este flagelo que está a destruir um dos rios mais importantes e essenciais ao país?

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

Existem anexos ao documento.